



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Introdução

Sílvio Carlos Bray  
Enéas Rente Ferreira  
Davi Guilherme Gaspar Ruas

**Como citar:** BRAY, S. C. ; FERREIRA, E. R. ; RUAS, D. G. G. Introdução. *In:* BRAY, S. C. ; FERREIRA, E. R. ; RUAS, D. G. G. **A Políticas da Agroindústria Canavieira e o Proálcool no Brasil**. Edição. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p3-4.  
DOI: <http://doi.org/10.36311/2000.85-86738-14-X.p3-4>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O presente livro é uma contribuição ao estudo das políticas açucareiras e alcooleiras e seus reflexos nas áreas canavieiras do País.

Reverendo o seu histórico neste século XX, podemos ver que a intromissão do Estado brasileiro no controle e direcionamento da cultura canvieira só passou a ocorrer no início dos anos 30, com a criação da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar e Álcool que, em 1933, se transformou no Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). O IAA foi o órgão direcionador da cultura canvieira e da produção açucareira e alcooleira até a sua extinção, no início dos anos 90, pelo Presidente Collor.

Com a criação do IAA foram tomadas, no início dos anos 30, as primeiras medidas para a introdução do álcool como combustível para os veículos automotivos.

Nos anos 40, o Estado brasileiro implementou várias medidas no sentido de dinamizar a produção açucareira/alcooleira do País. Entre essas determinações, destacamos a criação do Estatuto da Lavoura Canvieira, cujo papel tornou-se importante após a 2ª Guerra Mundial, quando o Centro-Sul açucareiro/alcooleiro ampliava a sua participação no cenário nacional e concorria com a hegemonia da tradicional agroindústria açucareira/alcooleira do Norte-Nordeste.

A partir da década de 50, a modernização acelerada do Centro-Sul açucareiro tornou-se, além do maior mercado produtor, também o maior mercado consumidor de açúcar e álcool do País. O avanço das indústrias produtoras de equipamentos industriais como a Dedini e Zanini no Estado de São Paulo, a crescente ampliação da racionalização da produção, a busca de novos mercados no exterior e a melhoria técnica nos canaviais deslocaram o eixo açucareiro/alcooleiro nacional para a Região Centro-Sul.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR) e do Programa de Modernização e Racionalização da Agroindústria Canvieira Nacional foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capital monopolista no setor.

No final de 1975 foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL),<sup>1</sup> visando o implemento da produção de álcool para veículos automotivos. O referido programa alterou toda a espacialização da cana-de-açúcar, dinamizando a produção alcooleira nos Estados grandes centros consumidores. O PROÁLCOOL passou por várias fases, tendo significativa participação nos rumos energéticos e econômicos do País.

No início do ano de 1996, o setor sucroalcooleiro passou por uma nova crise financeira, com discussão de uma retomada do programa do álcool, face a sua quase desativação no início dos anos 90, com previsão de terminar os subsídios dados ao setor.

Assim, no ano de 1999 o governo brasileiro, juntamente com o setor sucroalcooleiro e indústrias automobilísticas, assinou novo protocolo para incentivo de utilização do veículo a álcool.

---

<sup>1</sup> Em muitos estudos é utilizada a sigla PNA para o Programa Nacional do Álcool, mas procuramos sempre utilizar a sigla PROÁLCOOL.